

DESENVOLVIMENTO RURAL

Mulheres se destacam à frente de produções agrícolas. No DF, a presença delas cresceu 60% entre 2019 e 2023. Especialistas reconhecem os avanços, mas pontuam a necessidade de mais equidade de gênero

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



As agricultoras participam de todo o processo de produção, inclusive da colheita

Max Müller



Fátima está à frente da própria produção rural, no núcleo rural do Pipiripau

Força feminina impulsiona o agro no DF

» MILA FERREIRA

Há um forte protagonismo das mulheres no campo no Distrito Federal. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), entre 2019 e 2023, houve um aumento de 60% no número de mulheres envolvidas com atividades agropecuárias na capital do país. Elas atuam em diversas cadeias produtivas, como bovinocultura, floricultura, olericultura, agricultura orgânica e também atividades não agrícolas, como artesanato, turismo rural e agroindústria.

Um exemplo é a produtora rural Tânia Aguiar, 52 anos, que trabalha há oito anos com sistemas agroflorestais, na linha de frente de sua produção de hortaliças e horti-fruti no assentamento Canaã, em Brazlândia. "É fundamental que a mulher tenha liberdade para buscar sustento e qualidade de vida para sua família, seja em qual área for", defende. "Aqui na propriedade, conto com a ajuda do meu filho Emerson Victor, de 19 anos, mas estou à frente em todos os aspectos, seja na parte burocrática, seja na roça colocando a mão na massa", acrescenta.

Tânia trabalha no sistema de agricultura familiar, quando a produção usa a mão de obra da própria família e a condução do empreendimento é realizada por integrantes do mesmo núcleo. Além de comercializar os produtos semanalmente, em feiras no Plano Piloto, a produtora rural faz parte da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Paulo Freire, um movimento mundial que reúne agricultores e consumidores para trabalhar em conjunto na produção e distribuição de alimentos orgânicos e agroecológicos. A distribuição dos produtos orgânicos é feita diretamente entre agricultores locais e consumidores. As duas partes dividem responsabilidades, riscos e benefícios da produção agrícola. As famílias que fazem parte da comunidade oferecem um valor mensal para cobrir o custo de produção e recebem mensalmente o que é produzido.

Outra agricultora que também trabalha com o sistema de CSA é Fátima Cabral, 65 anos, produtora rural há 22 anos no núcleo rural do Pipiripau. Ela faz parte da CSA Pé na Terra, que reúne produtores de Brasília e Formosa. Fátima cultiva frutas, verduras, legumes, temperos, raízes, entre

outras, e observa que, de alguma forma, as mulheres estão presentes em todas as produções rurais. "No meu caso, eu estou à frente, cuidado da terra, do solo, da água e da produção como um todo. Mas, sem as mulheres, não há produção no campo", afirma. "É bem desafiador, assim como muitos segmentos, mas vale a pena. Na minha propriedade, tenho apoio do meu filho, nora e três colaboradores", completa a agricultora.

Extensionista rural da Emater-DF, Selma Tavares explica que o órgão desenvolve atividades voltadas à mulher no campo. "Nós buscamos, especialmente, dar autonomia a elas, priorizando-as nas políticas públicas de compras governamentais e fomentos. Temos um atendimento global e o que se vê é o crescimento da atuação delas no campo", enfatiza. "No DF, vemos um crescimento na área da floricultura e agricultura orgânica. Elas estão se tornando mais visíveis nessa área. Ainda existem muitos desafios a serem vencidos, principalmente na questão social. Políticas públicas inclusivas também precisam de avanços", pondera.

Desigualdade

Pesquisa nacional mostra que 64% das mulheres entrevistadas ainda enxergam a desigualdade de gênero presente no agronegócio. O levantamento, feito pelo movimento Agroligadas em parceria com a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), mostra ainda que 79% das mulheres acreditam que a situação está melhor do que há dez anos. Das mulheres ouvidas na pesquisa, 80% acredita que é preciso mais apoio às mulheres que sofrem com desigualdade de gênero no agro.

No Distrito Federal, das cerca de 18 mil propriedades rurais atendidas pela Emater-DF, 5.384 estão registradas em nome de mulheres, como proprietárias ou coproprietárias. Entre os 29.755 cadastros de produtores e trabalhadores rurais, 9.399 pertencem a mulheres envolvidas na produção e no trabalho no campo.

Professora da pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB), Janaína Diniz, destaca que, apesar de as mulheres serem minoria nos registros formais da Emater, há um trabalho invisibilizado delas no campo. "São ainda mais marginalizadas do que as que atuam em trabalhos

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Tânia Aguiar cultiva hortaliças no assentamento Canaã, em Brazlândia: "Coloco a mão na massa"

urbanos. E elas contribuem muito para a produção no campo. Em grupos de pequenos produtores que trabalham no sistema de agricultura familiar sempre há mais presença feminina", observa. "A questão de gênero está sendo cada vez mais debatida no meio rural. O movimento agroecológico tem lutado não só por uma produção saudável sem agrotóxicos, mas pela igualdade de gênero

entre produtores", ressalta.

Janaína enalteceu ainda o trabalho do assentamento 8 de março, existente há 12 anos às margens da BR 020, em Planaltina, e liderado exclusivamente por mulheres. Elas lutam contra a grilagem, a especulação imobiliária, a monocultura e o uso de agrotóxicos. A especialista destaca ainda o trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia, que instituiu a caderneta

agroecológica para mulheres rurais, um instrumento de auxílio às mulheres nas produções rurais. "É uma ferramenta importante. A iniciativa começou no Nordeste, mas já usamos por aqui", salienta.

A caderneta agroecológica é um instrumento simplificado para a dimensionar a produção das mulheres, sistematizando os resultados econômicos, monetários e não monetários, do trabalho das

agricultoras familiares e camponesas. Na caderneta, é registrado tudo o que cada produtora consumiu, doou ou vendeu. Desta forma, elas conseguem mensurar melhor o resultado do trabalho e o quanto a produção tem rendido.

Políticas públicas

Com o propósito de implementar ações para promover a igualdade entre mulheres e homens no meio rural, com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em 2023, foi instituída a Subsecretaria de Mulheres Rurais (SMR).

"A criação de um espaço específico para tratar das demandas das mulheres do campo, das águas e das florestas dentro do MDA responde a uma demanda histórica dos movimentos de mulheres rurais, especialmente daqueles que integram a Marcha das Margaridas", explica a coordenadora-geral da subsecretaria, Patrícia Mourão. "A elaboração de políticas públicas com foco na superação das desigualdades de gênero só foram possíveis graças à mobilização dos movimentos sociais e ao compromisso do governo com a inclusão das demandas das mulheres rurais no orçamento público", acrescenta.

Com a criação da subsecretaria, foram instituídos programas específicos. O Programa Cidadania e Bem Viver promove mutirões de documentação para assegurar os direitos civis, políticos e sociais das mulheres rurais. O projeto de Lavanderias Coletivas e Agroecológicas, destinado a reduzir a jornada de trabalho de cuidadas, promove a autonomia das mulheres ao liberar tempo para que possam se dedicar a outras atividades.

Já o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, que apoia a estruturação de quintais gerenciados pelas próprias mulheres, contribui para sua autonomia econômica e para a segurança alimentar dela e de suas famílias.

E, por fim, o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, que fortalece as atividades produtivas, oferecendo assistência técnica e extensão rural (ATER), além de fornecer apoio para a estruturação das atividades produtivas, comercialização de produtos, gestão e acesso a políticas de crédito e de comercialização.